

O desenvolvimento do ABC é prioridade para o novo governo



O desenvolvimento do ABC é prioridade para o novo governo

Tendência é de que a nova gestão tenha mais empenho no trato com pautas que são fundamentais para o desenvolvimento da região

Uma cena que todos achavam pouco provável aconteceu em Brasília, no último dia 3. Como de praxe, um dos primeiros atos do novo governo é dar posse aos novos ministros. Ocorre que ver antigos rivais políticos celebrarem juntos essa data não é algo assim tão comum.

Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo e tradicional adversário petista, deixou o PSDB, se filiou ao PSB e foi eleito vice-presidente da República na chapa de Lula. Não bastasse isso, foi convidado para comandar o importante Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços. E aceitou.

Durante a posse da pasta que foi recriada por Lula, Alckmin discursou por quase meia hora, elencando os desafios à industrialização do país e suas prioridades como ministro, cujas funções acumulará com as de vice-presidente.

“O momento nos impõe trabalhar-

mos incansavelmente pelo emprego e pela distribuição de renda, em apoio à indústria, ao comércio e ao setor de serviços”, disse Alckmin, acrescentando que o sucesso do setor produtivo brasileiro exige a simplificação das regras do sistema tributário de forma a favorecer a competitividade nacional.

“O fortalecimento da nossa indústria passa, invariavelmente, pela redução do custo Brasil e pela melhoria do ambiente de negócios no país. Nesse contexto, a reforma tributária é fundamental”, disse Alckmin.

O ministro ressaltou a necessidade de união do governo. “O esforço de reindustrializar o Brasil, para aperfeiçoar ainda mais a nossa agroindústria e todo o parque industrial, agregando-lhe mais valor, e para incluir os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras em nossa economia, não são tarefas episódicas, mas uma obra de todo o governo comprometido com um futuro melhor e mais justo para nosso povo”.

De acordo com o vice-presidente e ministro, após ter induzido o crescimento econômico do país durante boa parte do século 20, a indústria brasileira começou a perder espaço a partir dos anos 1980, quando respondia por cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), até chegar a atual situação. Em 2021, a produção industrial brasileira respondeu por 11,3% das riquezas geradas no país. Apesar disso, o setor responde por 69% de tudo que é investido em pesquisa e desenvolvimento no país e por cerca de um terço da arrecadação tributária.

“A indústria brasileira precisa urgentemente retomar seu protagonismo, expandindo a participação no PIB. As graves mudanças climáticas, o pós-covid e a guerra na Europa [entre Rússia e Ucrânia] indicam a premissa de uma política de reindustrialização consensuada com o setor produtivo, a academia, a sociedade e a comunidade internacional”, disse Alckmin, desta-

continua ▶



Novo presidente Geraldo Alckmin avalia que a reforma tributária é fundamental para o setor industrial brasileiro



Prioridades dos novos ministros do Desenvolvimento e do ABC. O ministro do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou que a reforma tributária é uma das principais prioridades para o novo governo. Ele também mencionou a importância de fortalecer a indústria brasileira e de melhorar o ambiente de negócios no país.

Alckmin destacou que a reforma tributária é fundamental para a competitividade nacional e para o fortalecimento da indústria brasileira. Ele também mencionou a importância de reduzir o custo Brasil e de melhorar o ambiente de negócios no país.



Pinheiro também mencionou a importância de fortalecer a indústria brasileira e de melhorar o ambiente de negócios no país. Ele destacou que a reforma tributária é uma das principais prioridades para o novo governo.



Lula recebeu representantes do movimento sindical do ABC em Brasília poucos dias após a posse

beu no último dia 19 o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Aroaldo Oliveira, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges, e do secretário geral da instituição, Claudionor Vieira.

O encontro sinaliza que as pautas reivindicadas pela população do ABC voltarão a ter espaço na esfera federal, algo que estava fora do radar na última gestão.

Ainda falta ao novo governo detalhar a Política Industrial que está sendo estudada para o País, especialmente para o setor automotivo. Fontes ligadas ao governo federal apostam que sairá de Brasília um plano ao menos similar com o InovarAuto, política bem sucedida que vigorou entre 2013 e 2017, mas que, agora, não deve repetir os erros da primeira experiência.

Também conta a favor da região (e do setor), o fato de o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ter sido ex-prefeito de São Bernardo do Campo (ocupou o cargo entre 2009 e 2016) e

ex-presidente do já citado Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Fim do IPI?

Alckmin visitou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, no último dia 16, onde participou de uma reunião com a diretoria da instituição.

No encontro, ele revelou que a intenção do novo governo é acabar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), imposto federal que incide sobre produtos nacionais e importados que passaram por algum processo de industrialização (beneficiamento, transformação, montagem, acondicionamento ou restauração).

Desde julho do ano passado, um decreto garantiu a redução de 35% na alíquota do IPI sobre os itens fabricados no Brasil. O governo Lula decidiu manter essa redução por enquanto, mas a meta é acabar com o tributo.

"A próxima meta é acabar com o IPI, e para acabar com o IPI é a reforma tributária. Tudo o que é PEC [Proposta de

Emenda à Constituição], que demanda mudança constitucional, três quintos [dos votos], duas votações, tem que ser rápido. Tem que fazer no primeiro ano, aproveitar o embalo, a legitimidade do processo eleitoral, e avançar o máximo", disse Alckmin.

Durante a reunião, o vice-presidente também pediu apoio dos empresários para desburocratizar a economia. "Peço a vocês que nos mandem todas as propostas para desburocratizar", falou ele.

Antes da fala de Alckmin, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, reclamou da alta carga tributária do país e falou sobre a necessidade de se reindustrializar o Brasil.

"Se reindustrializarmos o Brasil, promoveremos o crescimento econômico a taxas elevadas que o Brasil precisa para resolver, inclusive e principalmente, os problemas sociais que são tão graves", disse ele. O presidente da Fiesp comentou a necessidade de se discutir e aperfeiçoar a reforma trabalhista, desde que "não tenhamos retrocessos".

Veículo: Imprensa -> Revista -> Revista Negócios em Movimento

Seção: Capa **Página:** 5, 7 e 9